



## EDITORIAL

Os testes de 'stress'  
da Justiça portuguesa

Se alguns dos principais casos que a Justiça tem entre mãos fossem sujeitos a testes de 'stress', chegaríamos decerto a bons e maus resultados. Mas o que aconteceu ontem nos casos Freeport e BCP é mais revelador do que um 'stress test'.

No caso Freeport, depois de quase cinco anos de denúncias, inquiridos a 80 testemunhas, suspeitas e muitas manobras políticas, os investigadores portugueses chegam à porta do tribunal de mãos (quase) vazias. Afinal, concluíram, não houve crimes de corrupção, tráfico de influência, branqueamento de capitais ou financiamento ilegal de partidos. José Sócrates sai do processo sem a sombra da suspeita. E só dois dos sete arguidos ficam acusados por crimes bastante menores.

No caso BCP, os investigadores não precisaram de tanto tempo para investigar sinais de irregularidades, procurar provas, interrogar testemunhas e deduzir acusações. Da antiga administração do maior banco privado português, sabe-se agora que quatro antigos gestores - Jardim Gonçalves, Filipe Pinhal, Antonio Rodrigues e Christopher de Beck - se vão sentar no banco dos réus, suspeitos de manipulação de mercado e falsificação de documentos. Crimes pelos quais se arriscam até sete anos de prisão. Não se julga aqui a culpa ou inocência dos suspeitos. Mas, se a confiança dos portugueses na credibilidade e eficiência da justiça portuguesa dependesse destes dois casos, o trabalho desenvolvido no caso BCP daria um contributo bem mais positivo que o processo Freeport. Se o primeiro foi mais rápido, objectivo e consegue levar a sua investigação ao tribunal, o segundo arrisca-se a alimentar a imagem crónica de uma Justiça lenta, ineficaz e na qual os portugueses não confiam. Certamente, chumbaria num teste de 'stress'. ■